

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ANDRÉ TEGNER

**A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL PARA A AGRICULTURA
ORGÂNICA NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO VIDA
NATURAL (PICADA CAFÉ, RS)**

**Picada Café - RS
2013**

ANDRÉ TEGNER

**A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL PARA A AGRICULTURA
ORGÂNICA DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO VIDA
NATURAL (PICADA CAFÉ, RS)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rumi Regina Kubo
Coorientadora: Msc. Patrícia Binkowski

**Picada Café - RS
2013**

ANDRÉ TEGNER

**A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL PARA A AGRICULTURA
ORGÂNICA NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO VIDA
NATURAL (PICADA CAFÉ, RS)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito B

Prof^a. Dr^a. Rumi Regina Kubo

Orientador

UFRGS

Prof^a. Dr^a. Gabriela Coelho de Souza

UFRGS

Prof. Dr. Luciano Figueiredo

UFRGS

Picada Café, 15 de Julho de 2013.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BPF - Boas Práticas de Fabricação

BRASILBIO - Associação Brasileira de Orgânicos

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

COOPERNATURAL - Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural

COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IFOAM - Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PIB *per capita* - Produto Interno Bruto por pessoa

PIBpm - Produto Interno Bruto por mil habitantes

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

POPS - Procedimentos Operacionais Padronizados

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

SPG - Sistema Participativo de Garantia

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Localização de Picada Café no mapa do Rio Grande do Sul.....	21
Figura 2.	Mapa da divisão do espaço rural e urbano de Picada Café/RS.....	24
Figura 3.	Agroindústria COOPERNATURAL, Picada Café/RS.....	27
Figura 4.	Linha de produtos COOPERNATURAL.....	28
Figura 5.	Esquema da Cadeia Produtiva da COOPERNATURAL.....	30
Figura 6.	Divisão da Agroindústria.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Estrutura Fundiária de Picada Café/RS.....	22
Tabela 2.	Contribuição da agropecuária no PIB de Picada Café/RS.....	23
Tabela 3.	População rural e urbana em Picada Café/RS.....	24
Tabela 4.	Processo de obtenção do selo ECOVIDA.....	36

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe do Polo Universitário de Picada Café, pela disposição e motivação, em especial a tutora Sandra Beatriz da Luz.

Agradeço à tutora Patricia Binkowski, que se mostrou extremamente presente e dedicada ao passar todas as informações necessárias e sanar dúvidas.

Agradeço ao presidente da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural, senhor Remi Karling, por permitir acompanhar os trabalhos em sua agroindústria.

Agradeço a todos os produtores integrantes da Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural, em especial, à senhora Ivete Maria Flach Karling, desejando sucesso neste mercado que cresce a cada dia, mercado de produtos orgânicos.

Agradeço a todos os amigos que me ajudaram nos estágios ao longo do curso, senhor Antonio Mattiello, senhor Luiz Pasqualotto e professora Cíntia Tâmara Schoeler.

Meu agradecimento especial a minha orientadora de TCC, Prof^ª. Dr^ª. Rumi Regina Kubo, que foi fundamental para a realização deste, se mostrando sempre prestativa, atenciosa e disposta a repassar seu conhecimento.

RESUMO

Este estudo busca analisar, o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica da Cooperativa de Produção e Comercialização Vida Natural (COOPERNATURAL), formada por um grupo de produtores, que se mobilizou visando aliar respeito ao meio ambiente e obtenção de renda com a agricultura praticada. Considerando as características dos municípios onde a cooperativa está implementada (Picada Café, Farroupilha, Garibaldi e Ipê) com pequenas propriedades e de relevo acidentado, tais fatores acabam por limitar a produção agrícola da região. O presente estudo analisa se a produção orgânica é capaz de desenvolver a agricultura do município de Picada Café, aliando preservação ambiental e renda. Os objetivos específicos são: descrever o processo de formação da cooperativa, identificar as organizações envolvidas no processo de formação, identificar as características do processo de transição da agricultura convencional para a orgânica realizada pelos produtores da COOPERNATURAL, identificar o perfil dos atores sociais que integram a cooperativa e analisar os fatores que levaram os produtores a adotarem o sistema. Metodologicamente o estudo se caracteriza: i) por uma revisão bibliográfica sobre o histórico e as características do município de Picada Café, ii) uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como método o estudo de caso. O estudo de caso foi realizado na COOPERNATURAL, sendo que a coleta de dados se realizou por meio de entrevista, utilizando um roteiro semiestruturado. Foram realizadas entrevistas com dois agricultores que pertencem à cooperativa e passaram a utilizar o sistema orgânico, e com o presidente da cooperativa. Os dados obtidos pelas entrevistas foram complementados pela observação participante em relação ao funcionamento da Cooperativa. A partir da análise das entrevistas, percebe-se que os agricultores vem migrando da indústria para o campo, campo este que deixaram em meados de 1980, época da industrialização local. Para o desenvolvimento da agricultura orgânica local se percebe a necessidade de orientar a população rural para a preservação do ambiente, visto que muitas vezes prevalece o conceito de desenvolvimento ligado a aspectos econômicos, deixando de lado fatores sociais, culturais e ambientais. Dadas as características físicas da região, como o relevo, cuja agricultura de larga escala não se adapta a, a predominância da agricultura familiar e o tamanho limitado das propriedades rurais de Picada Café, a produção orgânica, como a praticada pela COOPERNATURAL, parece se apresentar como uma boa oportunidade de continuidade da atividade agrícola, sendo esta de baixo impacto, favorecendo a conservação ambiental local, geração de renda e bem estar social. COOPERNATURAL constituída no ano de 2001 como associação, vindo a se tornar cooperativa no ano de 2004, formada por jovens a aposentados, que se uniram com o objetivo de resgatar o agricultor da indústria devolvendo-o ao campo com condições adequadas de trabalho (renda, qualidade de vida, etc.). Através de um processo de formação auxiliado por entidades como EMATER, SENAR, SEBRAE, REDE ECOVIDA. Esta última responsável pela assessoria em todo o processo de transição de base convencional a ecológica que durou de um ano e meio a três anos, alterando as características de base técnica da produção. Através das entrevistas e análise dos dados referentes à agricultura de Picada Café, considerando fatores positivos como a predominância da agricultura familiar, mão de obra organizada e potencial de turismo rural, e atentando para fatores como envelhecimento rural, permanência do jovem no meio e altos índices de urbanização na região, percebemos que Picada Café possui condições de promover o planejamento do desenvolvimento considerando fatores de sustentabilidade, desde que o poder público atente para estes fatores.

Palavras-chave: Agricultura orgânica; Transição; Sustentabilidade; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the process of transition from conventional farming to organic farming Cooperativa de Produção e Comercialização Vida Natural (COOPERNATURAL), formed by a group of producers who mobilized in order to combine respect for the environment and for income to agriculture practiced. Considering the characteristics of the municipalities where the cooperative is implemented (Picada Café, Farroupilha, Garibaldi e Ipê) with small farms and rugged, these factors ultimately limiting agricultural production in the region.

The present study examines whether organic production is able to develop agriculture in the municipality of Picada Café, combining environmental conservation and income. The specific objectives are to describe the process of formation of the cooperative, identify the organizations involved in the training process, identify the characteristics of the transition from conventional to organic by producers of COOPERNATURAL, identify the profile of social actors in the cooperative and analyze the factors that led producers to adopt the system. Methodologically the study is characterized: i) a literature review on the history and characteristics of the municipality of Picada Café, ii) qualitative study, using as a case study method. The case study was conducted in COOPERNATURAL, and the data collection was conducted through interviews, using a semi-structured. Interviews were conducted with two farmers who belong to the cooperative and started using the organic, and the president of the cooperative. Data obtained from interviews were supplemented by participant observation in relation to the operation of the Cooperative. From the analysis of the interviews, it is clear that farmers migrating industry comes to the field, this field who left in the mid 1980s, when the local industrialization. For the development of local organic agriculture is perceived the need to target the rural population for the preservation of the environment, since many times the prevailing concept of development on the economic aspects, leaving aside social, cultural and environmental. Given the physical characteristics of the region, such as relief, whose large-scale agriculture does not fit, the predominance of family farms and the limited size of farms Picada Café, organic production, as practiced by COOPERNATURAL, seems to present itself as a good opportunity to continue agricultural activity, which is low impact, favoring local environmental conservation, income generation and welfare social. COOPERNATURAL formed in 2001 as an association, come to become cooperative in 2004, formed by youngsters to retirees, they teamed up with the aim of rescuing the farmer industry returning it to the field with adequate working conditions (income, quality of life, etc.). Through a training process assisted by organizations EMATER, SENAR, SEBRAE REDE ECOVIDA. Latter responsible for advising on the process of transition from conventional to ecological base that lasted a year and a half to three years, changing the characteristics of the technical basis of production. Through interviews and analysis of data relating to agriculture Picada Café, considering factors such as the prevalence of positive family agriculture, organized labor and potential for rural tourism, and paying attention to factors like aging rural residence of youth in middle and high rates urbanization in the region, we realized that Picada Café has conditions to promote the development planning considering sustainability factors, since the public to watch out for these factors.

Keywords: Organic Farming, Transition, Sustainability, Rural development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
3	O CONTEXTO PARA UMA PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	16
4	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ/RS.....	21
5	CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA.....	26
6	PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL À ORGÂNICA.....	31
6.1	FATORES DE ADOÇÃO AO SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	31
6.2	ENTIDADES ORIENTADORAS.....	32
6.3	PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO, QUESTÕES LEGAIS E ASPECTOS TÉCNICOS.....	33
7	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	41
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44
	APÊNDICE.....	47
	ANEXO.....	49

1. INTRODUÇÃO

A agricultura vem passando por constantes modificações desde a Revolução Verde e seu pacote tecnológico que buscava aumentar a produção através de melhorias genéticas, insumos industriais, mecanização. De acordo com Schneider (2008), ao mesmo tempo em que a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas cidades. A indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade.

Traçando uma linha do tempo da agricultura do município de Picada Café, percebe-se que a industrialização da década de 1980 provocou muitas mudanças no meio rural. Em função do crescimento das indústrias e a procura por mão de obra, cresce a emigração vinda de estados como Paraná e Santa Catarina. Tal fator gerou a necessidade de moradia e a especulação imobiliária, onde muitos agricultores venderam suas terras formando loteamentos.

A partir de então várias mudanças no cenário local, as mais expressivas indicam, respectivamente, o enfraquecimento da atividade agrícola e a expansão da indústria, que conseqüentemente, influenciam nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais e muito provavelmente culturais. Observa-se assim transformações como a Pluriatividade Envelhecimento Rural, Abandono do Jovem da Atividade Agrícola. Segundo Teixeira (1998), pluriativo é aquele que exerce alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura. Sobre a questão da pluriatividade, SCHNEIDER (2004) comenta:

As facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas calçadistas e a existência de um amplo mercado de trabalho permitiram a combinação dos trabalhos agrícolas com o exercício de empregos não-agrícolas por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores. O assalariamento constituiu-se, neste caso, numa alternativa estratégica às dificuldades enfrentadas pelos colonos. A inadequação do sistema produtivo tradicional, que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividade, somadas aos problemas de reprodução do modo de vida colonial como um todo, tornaram os empregos fora da propriedade uma opção com dupla vantagem: obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar, e ter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola, plantando os produtos alimentares do consumo básico (SCHNEIDER, 2004, p.5).

De acordo com Almeida, Cordeiro e Petersen (1996), a agricultura familiar é portadora de grande eficácia coletiva. Por meio da pluriatividade ela encoraja e favorece

o planejamento, o desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição equitativa e sua administração mais equilibrada e sustentada.

Atualmente a silvicultura, onde prevalece o cultivo da acácia, passa a ser um elemento de destaque na paisagem local de Picada Café, possibilitando assim empregos não agrícolas. Segundo a Secretaria da Agricultura de Picada Café, estima-se que atualmente 900 hectares (ha) do município estejam ocupados pela atividade de silvicultura.

Para Schneider (1994), a silvicultura é uma cultura de abandono em função do pouco tempo de trabalho e dispensa cuidados específicos de manejo após completar um ano de idade; como também o fato do abandono simbólico do trabalho agrícola penoso, pelo emprego assalariado na indústria, enquanto a terra permanece produzindo.

A ascensão do setor coureiro-calçadista, em meados da década de 1980 e as ofertas de empregos em setores não agrícolas, acabaram fazendo com que a maioria dos jovens abandonassem a atividade rural, surgindo assim várias consequências drásticas como sucessão, êxodo e estagnação do meio.

Em relação ao envelhecimento rural Klauck (2010), afirma:

O envelhecimento rural esta presente no espaço rural de Picada Café, onde se estima que 55% das propriedades são gerenciadas por pessoas com mais de 60 anos e que muitos destes não apresentam sucessores interessados em continuar produzindo. O relevo acidentado, de escarpas e vales profundos, acaba por dificultar os cultivos agrícolas e, aliado a isso, a grande oferta de empregos não agrícolas no município é, certamente, um dos fatores que tem contribuído para este cenário (KLAUCK, 2010).

Diante da estagnação da agricultura local, em meados de 2001, um grupo de agricultores familiares se mobilizou e formou uma associação, que mais tarde se tornou uma cooperativa de produção orgânica. Esta cooperativa denominada Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural (COOPERNATURAL) surge com a intenção de aliar conscientização ambiental, agregação de valor à produção agrícola e qualidade de vida às famílias dos produtores.

A nível mundial o mercado de orgânicos tem crescido a passos largos, onde de acordo com a Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), no ano de 2010 foram comercializados U\$ 60 bilhões em produtos orgânicos (IFOAM, 2011). A tendência é de um avanço nos números de produção e colheita, tendo em vista que a expansão do mercado leva a uma abertura de crédito para investimentos na otimização dos processos.

No Brasil é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a regulamentação e cadastro de todos os produtores orgânicos, que atualmente chegam a cerca de 15 mil agricultores. De acordo com a Associação Brasileira de Orgânicos (BRASILBIO), 80% dos produtores de orgânicos no país são agricultores familiares (BRASILBIO, 2012).

Diante do avanço da produção orgânica, em 20 de agosto de 2012, através do decreto número 7.794 é instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Segundo este decreto, esta política tem por objetivo:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Conhecer alternativas para o resgate da “antiga” agricultura realizada em Picada Café, observar a manutenção do meio ambiente visto à geomorfologia local e a relação destes com o aspecto social, foram fatores que me levaram a escolher a COOPERNATURAL como objeto de estudo neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo em vista minha trajetória ao longo do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, buscando sempre pesquisar as questões ambientais frente ao processo de desenvolvimento. Aliado a isso, o intuito de compreender como este “novo produtor” se beneficia através do sistema de trabalho via cooperativa.

Como objetivo geral deste trabalho questiona-se:

- Tendo em vista a estagnação da agricultura local, seria a agricultura orgânica, nesse caso praticada pela COOPERNATURAL, um meio para se alcançar o desenvolvimento rural no município de Picada Café?

Desta forma, procura-se:

- a) Descrever o processo de formação da cooperativa e identificar as organizações envolvidas;
- b) Analisar os fatores que levaram os produtores a adotarem o sistema de produção orgânica;
- c) Identificar as características do processo de transição da agricultura convencional para a orgânica realizada pelos produtores da COOPERNATURAL.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza metodologicamente, em um primeiro momento, por uma revisão bibliográfica sobre o histórico e as características do município de Picada Café, elencando fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais. Utilizou-se dados do IBGE, FEE, FEPAM, Bacia do Comitê do Rio Caf e Secretaria de Agricultura de Picada Café/RS.

De acordo com Fonseca (2002), citado por Gerhardt e Siveira (2009, p.37):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Em um segundo momento traz uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como método o estudo de caso. De acordo com Fonseca (2002), citado por Gerhardt e Silveira (2009, p.39):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

O estudo de caso foi realizado na COOPERNATURAL, com sede no município de Picada Café, sendo esta formada por agricultores que ao longo do tempo passaram a utilizar o sistema de cultivo baseado na agricultura orgânica.

A COOPERNATURAL é formada por 27 produtores, onde seis propriedades possuem certificação orgânica. Da mesma forma a cooperativa possui uma agroindústria certificada para o beneficiamento de sua produção.

Para fins desta pesquisa será realizada com dois produtores certificados associados à COOPERNATURAL, escolhidos por possuírem propriedades localizadas

no município de Picada Café, onde está localizada a sede da cooperativa, como também o fato de que o pesquisador, enquanto aluno do Plageder, vem acompanhando o trabalho destes produtores ao longo do curso, como, por exemplo, através da participação em algumas atividades da agroindústria. Assim sendo, além de estudo de caso, caracteriza-se também como uma pesquisa participante. “Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.40).

A escolha se deve também pelo fato destes dois proprietários possuírem propriedades certificadas, considerando que, segundo o Censo Agropecuário 2006, não se considerou como agricultura orgânica, o sistema de produção em que o produtor, apesar de não usar adubos químicos e agrotóxicos, não tinha interesse ou desconhecia as técnicas específicas exigidas pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos (IBGE, 2006).

Desta forma a coleta de dados se realizou por meio de entrevista, utilizando um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), onde os dados coletados referem-se às características dos agricultores e suas famílias, aspectos sociais, econômicos, culturais, como também sistemas de produção e questionamentos a respeito das características do processo de conversão. Os entrevistados foram identificados como Produtor A e Produtor B, permitindo assim a melhor organização dos dados coletados, Também foi realizada entrevista com o presidente da cooperativa, (APÊNDICE B), visando coletar dados relacionados às características da cooperativa e seu processo de formação.

Os dados obtidos pelas entrevistas foram complementadas pela observação participante em relação ao funcionamento da Cooperativa. Observação participante que teve início no estágio realizado na Cooperativa ao longo do curso.

3. CONTEXTO PARA UMA PRODUÇÃO ORGÂNICA

O meio rural foi se modificando ao longo do tempo e da mesma forma o conceito de desenvolvimento rural. Segundo Schneider (2008), o desenvolvimento rural precisa ser compreendido como um processo resultante de ações articuladas, visando induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural, para melhorar a renda, qualidade de vida e o bem-estar.

Se antes desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, hoje engloba aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e ambientais. Desta forma, as questões ambientais e sociais passaram a ter um importante papel na busca de um significativo desenvolvimento do meio rural, visando assim à sustentabilidade do mesmo.

Frente o avanço da modernização e seus impactos ao meio ambiente entram em discussão a nova concepção em relação ao desenvolvimento e medidas legais de preservação. Mesmo que desde 1946 já se falasse em cuidados com o meio ambiente no Brasil, a inserção texto da Constituição Federal, deu-se somente na de 1988 (a primeira a tratar expressamente da questão ambiental, com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente).

A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1992, no Rio de Janeiro, ao estabelecer uma agenda global de ações tendo como meta atingir o patamar de um desenvolvimento sustentável, tem um papel fundamental na colocação da questão ambiental como um tema relevante na atualidade. Tais ações tem suas raízes nas críticas severas por parte de diferentes segmentos da sociedade ao modelo agrícola da “Revolução Verde” e suas consequências ambientais, como também o ativismo político dos ecologistas que defendiam uma agricultura alternativa com modelos técnicos produtivos denominados alternativos, ecológicos e orgânicos, questionando as formas de uso e gestão dos recursos naturais disponíveis.

A esfera da legislação trouxe muitos benefícios, inclusive a criação de um Sistema Nacional do Meio Ambiente, o SISNAMA, que é formado pelo envolvimento de alguns órgãos e entidades da união, estado e município com o objetivo de proteger e melhorar a qualidade ambiental.

Frente à questão ambiental Lutzemberger (2001), dizia que “o atual modelo de produção agrícola exploratório, baseado na utilização de inovações tecnológicas é insustentável e utiliza-se da necessidade de garantir a alimentação do planeta e resolver

o problema da fome, como justificativas aos seus métodos e suas consequências ao ambiente, pois esta seria muito mais eficiente e produtiva e a única maneira de livrar o planeta da inanição”. Segundo o autor, mesmo que esta fosse mais produtiva, estaríamos apenas adiando os problemas.

Sob este prisma, Gliessmann, (2005, p.52) afirma que “a sustentabilidade consiste em produzir permanentemente no mesmo solo, através do manejo baseado na agricultura ecológica, apresentando assim capacidade de renovação”.

Da mesma forma para Holanda (2003), “um agroecossistema é um sistema aberto, interagindo com a natureza e com a sociedade, através do desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, que trabalha a eficiência do processo de conversão de recursos naturais no alimento presente na mesa das pessoas”.

Ainda de acordo com Holanda (2003), “em termos de sistemas, agroecossistemas se posicionam na interface entre os sistemas naturais e sociais, e que não somente agem como fonte de *inputs* (insumos), mas também como dreno de *outputs* (produção)”.

Ao se tratar da sustentabilidade do meio rural, a agricultura familiar surge como uma facilitadora tendo em vista suas características, tais como: a democratização do acesso aos recursos naturais (terra, água e outros, uma necessidade social e um fator de melhor gestão e conservação dos recursos naturais, além de prover uma melhor organização econômica daquele ambiente, sempre dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

Dentro desta perspectiva de sustentabilidade e falando de agricultura familiar, a agricultura orgânica surge como uma boa opção tendo em vista que, segundo o MAPA (2012), a mesma tem por objetivo promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente. Além de se caracteriza por não utilizar agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que causam impacto ao meio ambiente.

A Lei número 10.831, de 23 de dezembro de 2003, vai além e afirma:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e

a proteção do meio ambiente. Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento (BRASIL, 2003,p.1).

Entretanto é necessário atentar para a complexidade da transição, onde segundo Assis e Romeiro (2007), muitos aspectos estão envolvidos na conversão de sistemas convencionais para sistemas orgânicos de produção, em especial os econômicos e políticos que condicionam a adoção da agricultura orgânica junto a diferentes estratos socioeconômicos de agricultores. Tais fatores precisam ser considerados quando se pensa em difusão em larga escala dessa forma de produção, exigindo um apoio mais expressivo, que considere suas especificidades, por parte da política agrícola do Estado.

O decreto número 7.794, de agosto de 2012, caracteriza transição agroecológica como:

Processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Um fato a observar diz respeito à questão conceitual observando definições como: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura. A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 afirma: “o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura” (BRASIL, 2003).

Da mesma forma o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, afirma que “produção de base agroecológica é aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social” (BRASIL, 2012).

De acordo com a BRASILBIO (2012), para garantir a procedência e a qualidade orgânica do produto natural ou processado ocorre à certificação. Desta forma o produtor adquire um diferencial de mercado, estabelecendo uma relação de confiança com o consumidor.

A finalidade da certificação é atribuir um diferencial ao produto, processo ou serviço a fim de obter vantagens, como agregar valor, permitir a entrada em novos

mercados, diminuir a concorrência de produtos, processos ou serviços de menor qualidade e estimular a melhoria contínua da qualidade (REDE ECOVIDA, 2001).

Ainda sobre a certificação o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) afirma que:

Dois conceitos são fundamentais na produção orgânica: a relação de confiança entre produtor e consumidor e o controle de qualidade. O selo SisOrg é obtido por meio de uma Certificação por Auditoria ou por um Sistema Participativo de Garantia. Os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores (MDA, 2013).

O MDA exige que o produtor orgânico esteja inscrito no Cadastro Nacional de Produtores orgânicos, entretanto para tal é necessário que o mesmo tenha participado por um processo de certificação, dentre os três tipos de mecanismos:

Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.

Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MDA, 2013).

A COOPERNATURAL, objeto deste estudo adotou a certificação participativa. Sobre a certificação participativa em Picada Café, Heylmann (2011) afirma:

O produtor de alimentos orgânicos de Picada Café-Rs optou pela certificação participativa através de sua cooperativa de produtores, associada ao núcleo Serra da Rede Ecovida, desenvolve a produção através de processos de geração de credibilidade solidária, envolvendo produtores, técnicos e consumidores, que atestam a qualidade orgânica nas vistorias realizadas pela comissão de avaliação do Núcleo Serra (HEYLMANN, 2011,p.48).

A tendência é de um avanço maior nos números de produção e colheita, tendo em vista que a expansão do mercado leva a uma abertura de crédito para investimentos na otimização dos processos.

De acordo com a Associação Brasileira de Orgânicos (BRASILBIO), estima-se que em 2011, o faturamento dos produtores brasileiros de alimentos orgânicos chegou a

R\$ 700 milhões, aumento de 40% em relação a 2010. O aumento da renda, desemprego em níveis baixos e a conscientização alimentar devem continuar aquecendo os negócios. (BRASILBIO, 2012).

O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem dúvida um dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica (MDA, 2013). Entretanto como destacam Altieri e Nicholls (2003):

Grandes mudanças devem ser feitas em políticas, instituições, mercados e pesquisa para permitir avanços da agricultura orgânica. Os subsídios existentes e as políticas de incentivo para estratégias que envolvem produtos químicos convencionais devem ser desmantelados; o controle corporativo do sistema de alimentos incluindo os orgânicos devem ser desafiados; o fortalecimento da capacidade institucional local e o aumento do acesso dos produtores aos serviços que facilitem o uso de tecnologias acessíveis são pontos críticos; as organizações públicas governamentais e internacionais têm que encorajar e facilitar parcerias entre ONGs, Universidades e organizações de produtores, de maneira a promover o sucesso dos produtores orgânicos. Há também necessidade de aumentar a renda rural, através da criação de mercados locais, enfatizando negócio justo e outros mecanismos que conectem os produtores aos consumidores mais diretamente. O grande desafio é ajustar formas de agricultura orgânica que sejam socialmente iguais, economicamente viáveis e de cunho ambiental. Para que isto aconteça, o movimento orgânico terá que estabelecer alianças estratégicas com os produtores, consumidores e grupos de trabalhadores de todo o mundo, assim como com grupos antiglobalização e políticos com representação local, regional e nacional nos municípios, estados e país. Somente desse modo se poderá expandir a agricultura orgânica sustentável e preservar seus verdadeiros objetivos. (ALTIERI;NICHOLLS,2003,p. 152).

Os produtos orgânicos ganham novos segmentos na indústria, como têxteis e cosméticos. Empresas têm investido em produtos orgânicos como forma de diferenciar seus produtos frente à entrada de importados chineses no mercado nacional. Nota-se também uma mudança de hábitos dos próprios consumidores, fazendo do “orgânico” um potencial negócio.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PICADA CAFÉ/RS

O município de Picada Café está localizado no COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) das Hortênsias e faz divisa com os municípios de Nova Petrópolis, Santa Maria do Herval, Morro Reuter, Presidente Lucena e Linha Nova, estando a 80 km da capital do estado, Porto Alegre. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Picada Café possui uma população total de 5.182 habitantes dos quais 623 são rurais e 4.559 urbanos.



FIGURA 1: Localização de Picada Café no mapa do Rio Grande do Sul.

FONTE: IBGE (2012).

O clima é subtropical de transição entre o tropical e o temperado, do tipo Cfa, segundo a classificação de Köppen, cujas temperaturas durante o ano variam de 0C° a 35C°. E a precipitação pluviométrica varia de 1700 a 2000 mm por ano (FLORES e FLORES, 1996).

O relevo é acidentado, com escarpas e vales profundos. O solo, segundo dados da FEPAM (2007), é formado por Terra Roxa Estruturada Álica, Distrófica e Eutrófica (solos profundos, bem drenados, textura argilosa e apresentam grande potencial agrícola).

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 2007 o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de Picada Café, que abrange um bloco de indicadores sociais e econômicos tais como educação, renda, saneamento, domicílios e saúde, é de 0,717, enquanto a média no estado fica em 0,763 (FEE,2007). Ainda segundo a FEE (2010), em conjunto com o IBGE, o PIB de 2010 foi de (R\$ mil) 178.092 e um PIB *per capita* de R\$ 34.367.

A economia é diversificada, baseando-se na indústria, serviços e agricultura. Sendo as atividades relacionadas ao couro, à fabricação de calçados, fabricação de móveis, esquadrias sob medida, malhas e as de confecções as que mais empregam no município. E na agricultura, são as atividades relacionadas a frutas, hortaliças, leite, frango de corte, suínos, madeira e milho.

Segundo dados do IBGE (2006), 81,31% do número de propriedades rurais de Picada Café possuem menos de 20ha. Levando em consideração que o IBGE caracteriza propriedades com menos de 25ha como propriedades de agricultura familiar. Pode-se em um primeiro momento, concluir que pelo menos 81,31% das propriedades agropecuárias de Picada Café destinam-se a esse fim. Enquanto isso, os estabelecimentos rurais com mais de 100ha, representam apenas 1,01% dos imóveis da cidade.

TABELA 1 - Estrutura Fundiária de Picada Café/RS.

Grupos de área Total	Número de Estabelecimentos Agropecuários (unidades)	Número de Estabelecimentos Agropecuários (%)	Área dos Estabelecimentos Agropecuários (ha)	Área Estabelecimentos Agropecuários (%)
De 0,5 a 5 ha	34	17,17	112	3,86
De 5 a 10 ha	46	23,23	324	11,17
De 10 a 20 ha	81	40,91	1190	41,03
De 20 a 50 ha	32	16,16	840	28,97
De 50 a 100 ha	3	1,52	195	6,72
De 100 a 200 ha	2	1,01	239	8,24

FONTE: IBGE (2006).

Segundo Klauck (2010), estima-se que 42% das propriedades de Picada Café estão destinadas a produção para subsistência, 25% à agricultura familiar pluriativa/com renda agrícola, 30% a sítios de lazer e 3% voltadas à agricultura patronal. Em termos

econômicos a agricultura atual representa apenas 5,50% do PIB do município segundo dados do IBGE (2010).

TABELA 2 - Contribuição da agropecuária no PIB de Picada Café/RS.

	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (R\$)	61,098.39	62,194.71	83,153.67	97,446.96	109,712.20
Agropecuária (R\$)	4,482.04	5,722.02	4,820.12	4,248.43	4,901.73
Agropecuária (%)	7,24%	9,20%	5,80%	4,36%	4,47%

FONTE: IBGE (2006).

Segundo Klauck (2010), no período de 1996 a 2006, ocorreu uma redução de 21,17% na quantidade de estabelecimentos agropecuários e uma redução de 18,65% considerando hectares. Considerando lavouras permanentes e temporárias houve uma redução de 46,9% e pastagens naturais e artificiais reduziram 15,33%. Em termos de criação de animais houve uma redução de 43% de bovinos, 30,45% de suínos e 8,47% de aves.

Através de uma análise de paisagem percebemos que muitas propriedades rurais estão inseridas na zona urbana. Como também espaços urbanos infiltrados nas zonas rurais, entretanto sem características tais, estando sem asfalto, indústria, creche, etc.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Picada Café (1992), a zona rural possui 49.356 km², o que representa 59% do território, isto dentro dos parâmetros homologados pelas leis municipais (**FIG.2**).



FIGURA 2 - Mapa da divisão do espaço rural e urbano de Picada Café/RS.

FONTE: Prefeitura Municipal de Picada Café (2004).

Confrontando a população urbana e rural de forma cronológica através de dados do IBGE (2010) percebemos uma significativa redução de população rural (**TAB.3**).

TABELA 3 - População Rural e urbana em Picada Café/RS.

	Total	Rural	Urbana	% Rural
1993	3.941	1.123	2.818	28
1994	3.974	1.004	2.970	25
1995	4.007	885	3.122	22
1996	4.038	770	3.268	19
1997	4.317	752	3.565	17
1998	4.442	742	3.700	17
1999	4.560	728	3.832	16
2000	4.673	705	3.968	15
2001	4.693	660	4.033	14
2002	4.715	614	4.101	13
2003	4.733	568	4.165	12
2004	4.747	521	4.226	11
2005	4.777	475	4.302	10
2006	4.796	427	4.369	9
2010	5.182	623	4.559	12

FONTE: IBGE (2011).

Quando se fala em aumento populacional remete-se, geralmente, aos impactos gerados. Ao pegar-se o exemplo das áreas rurais da bacia do rio Caí, da qual Picada Café faz parte, segundo dados do Comitê Caí (2007), os problemas mais críticos são o da erosão do solo, o assoreamento dos cursos d'água, a contaminação por agrotóxicos e resíduos orgânicos. O grande volume de esgotos domésticos da região é responsável pelo maior impacto ambiental na bacia.

Em relação a licenciamentos ambientais, em 22 de outubro de 2007 foi publicada a Resolução CONSEMA 167/2007, que dispõe sobre a qualificação dos municípios, atualizando os critérios e as diretrizes para o exercício da competência do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, bem como sobre a gestão ambiental compartilhada no estado. Beneficiado desta resolução, Picada Café passou em 2009 a fazer parte do grupo de municípios autorizados ao exercício de licenciamento ambiental das atividades de impacto local.

5. CARACTERIZAÇÃO DA COOPERNATURAL

A Cooperativa COOPERNATURAL foi formada no ano de 2001¹, caracterizada nesta ocasião apenas pela produção de alimentos orgânicos *in natura*. Porém, com as perspectivas de novos mercados surge à ideia de industrializar os produtos, que só efetuiu-se após a aquisição de equipamentos por meio de financiamentos, surgindo assim à unidade de processamento I.

A agroindústria permitiu minimizar e em alguns casos eliminar um limitante relativo à comercialização que é a “percebibilidade” do produto (*in natura*). A partir do momento que o produto é processado, ele passa a ter um prazo de validade maior, como também acaba por agregar valor ao produto, como no caso das geléias.

Mais tarde o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Prefeitura Municipal de Picada Café/RS auxiliaram na captação de recursos para a construção da agroindústria (LI nº 1439/2008), inaugurada oficialmente em 28 de junho de 2010. O valor total do investimento, segundo dados da Prefeitura Municipal de Picada Café foi de R\$ 194.926,00, sendo que a participação do MDA foi de R\$ 158.071,00 e investimentos da Prefeitura, de R\$ 36.855,00. O investimento em obras foi de R\$ 121.066,00 e em equipamentos de R\$ 73.860,00.

A agroindústria está localizada na cidade de Picada Café/RS, no bairro Floresta, 2 km distante do centro da cidade. O acesso a agroindústria ocorre por meio de estrada não pavimentada.

¹ Sob o CNPJ 07.169.0888/0001-19.



FIGURA 3: Agroindústria COOPERNATURAL, Picada Café/RS.

FONTE: PTEGNER (2012).

Dentre os principais equipamentos que a agroindústria possui estão a câmara fria, a extratora de polpa, as mesas de inox, a caldeira, a balança com capacidade de 100 kg e o tacho para cozimento. Estes equipamentos estão dispostos no interior da área de produção de tal maneira, que permita uma fácil e completa sanitização e inspeções visuais rotineiras.

Atualmente os integrantes da cooperativa produzem, processam e comercializam seus produtos de origem vegetal, com destaque para: sucos, geleias, compotas (uva, amoras, pêsego, peras, mirtilo, goiabas, figo e morango), além de chás, vinhos e espumantes.



FIGURA 4: Linha de produtos COOPERNATURAL.

FONTE: COOPERNATURAL (2013).

Na COOPERNATURAL cada associado processa seu produto, sendo a cooperativa responsável pela sua comercialização. Basicamente 90% da produção provêm dos Cooperados da Serra Gaúcha (Picada Café, Farroupilha, Garibaldi e Ipê).

No que diz respeito à comercialização, 80% se destina ao atacado, atendendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. As vendas *online* e em feiras são executados através de nota fiscal da cooperativa. Do valor total comercializado, cabe a cooperativa 20% para as despesas com impostos e logística de entrega, o restante é repassado ao produtor associado, que forneceu o produto para comercialização.

No processo de comercialização, ao utilizar a venda por atacado, o produto se torna mais acessível ao público alvo, devido à estrutura comercial já existente (clientes, espaço, entre outros). Tendo em vista que a as vendas são em grandes quantidades, os contratos permitem um melhor ajuste entre oferta e demanda, e certa “garantia” de renda ao produtor. Assim, o risco é reduzido para ambos (fornecedor e comprador), como cita o Produtor A.

Mesmo com a maior parte da produção sendo beneficiada para minimizar as perdas na parte da produção não processada, os cooperados tem buscado introduzir sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para as escolas do município de Picada Café.

No que diz respeito à escolha de uma variedade de produtos a serem comercializados, esta estratégia foi se tornando economicamente viável pela divulgação e vendas *online*, como também pelas participações da cooperativa em feiras da agricultura familiar. Como também o fato de se tratar de uma cooperativa onde cada produtor já trabalhava em determinada produção, o que não permitiria segregar determinados produtos, conforme diz o Produtor B.

Diante do crescimento do setor de produtos orgânicos a nível nacional e mundial, é nítida a concorrência entre as empresas. O Produtor A comenta que frear esta concorrência cada vez mais tem se investido em beneficiamento da produção, criação de novos produtos e a utilização de estratégias de marketing a fim de atingir novos mercados e/ou fixar seu produto e sua marca.

Já o Produtor B, comenta sobre a importância da relação com os clientes:

Nós desejamos que o consumidor saboreie os produtos antes de abri-los e para conseguir isso é necessário muito mais que comércio. Cultivamos nossas lavouras e nossos pomares, mas a nossa meta principal é cultivar a amizade que criamos com as lojas. E com certeza, a nossa dedicação é transmitida pelo lojista ao consumidor. É isso que nos dá o prazer pessoal de participar desta cadeia. Firmamos relações prazerosas e saudáveis, sejam elas entre nós e a natureza, sejam elas entre nós e nossos consumidores através das pequenas lojas (PRODUTOR B, 2013).

Aos poucos, novos sócios tem aderido à cooperativa, motivados pelo crescimento do mercado orgânico a nível regional, nacional e mundial. Redes de supermercados e hipermercados tem aberto espaço nas gôndolas para os produtos orgânicos, conforme diz o Produtor B. O mesmo cita que os principais obstáculos estão relacionados à demora em registrar um produto, como também a falta de informação ao consumidor, o preço alto do produto na prateleira e em alguns casos a logística de entrega.

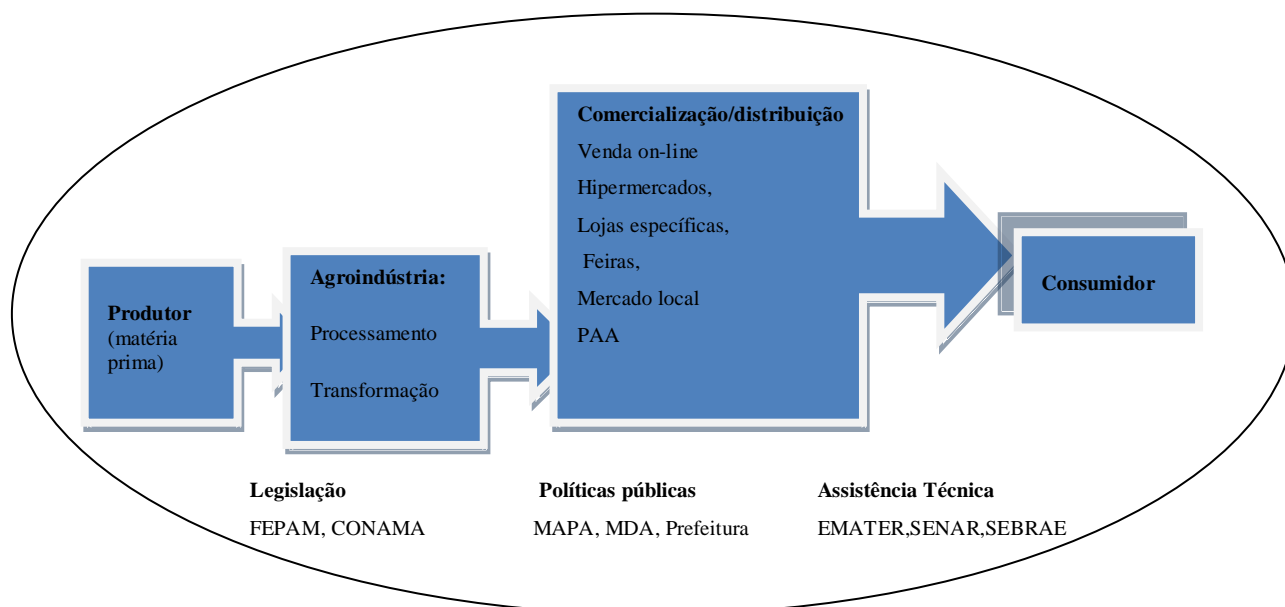


FIGURA 5: Esquema da cadeia produtiva da COOPERNATURAL.

FONTE: Elaborado pelo autor (2012).

Devido à complexidade da produção, fatores como o clima durante o período de produção influenciam significativamente na quantidade a ser ofertada ao mercado. Em épocas de tempo instável, as colheitas são reduzidas e poucas frutas passam pelo controle de qualidade. Automaticamente se a quantidade de matéria-prima é pequena, a quantidade de produto processado também será menor e assim o preço tende a aumentar, uma vez que a demanda supera a oferta, cita o Produtor B.

No lado da demanda, o comprador possui opções de fornecedores de produtos orgânicos no mercado, devido à concorrência do Rio Grande do Sul com Minas Gerais e São Paulo. Assim sendo, a partir do momento em que o comprador opta por outro fornecedor o produtor passa a reaver questões de preço para não gerar limitações na sua carta de clientes. Isso implica muitas vezes em abrir mão de uma porcentagem de lucro maior para manter seus clientes. É possível dizer, que o fator concorrência é um aspecto importante a ser considerado no movimento de preços (Produtor B).

Em relação à organização e gestão, existe uma diretoria que controla o fluxo produtivo e comercial. Ao se tratar de registrar e controlar o desenvolvimento das tarefas, as reuniões mensais tem servido para acompanhar e tomar decisões, mas seria apropriado um maior controle de forma compatível entre os objetivos desejados e os resultados alcançados. Isso permitiria avaliar de forma mais clara se as decisões tomadas e as ações realizadas são positivas ou negativas, como cita o Produtor A.

6. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL À ORGÂNICA

6.1 Fatores de adoção ao sistema de produção orgânica

A COOPERNATURAL formada em 2001, como associação em um primeiro momento, surgiu de uma proposta de unir qualidade ambiental e agregação de valor à agricultura praticada por um grupo de agricultores familiares da região de Picada Café.

Como cita o Produtor B, até 2001 praticamente todos os sócios da Coopernatural eram integrados da grande indústria. Dessa forma, com os anos de integração, eles perderam a noção de preços de produção, o que gerou um grande problema social. Antes de serem integrados faziam trocas entre si, usavam a produção como moeda e eles próprios comercializavam a produção no mercado local ou em cidades vizinhas. Com a integração, perderam totalmente a noção de comércio e foram obrigados a aceitar a situação. Com o passar dos anos, se acomodaram na própria situação a qual eram submetidos pela grande indústria.

De acordo com o Produtor A, o fator que o levou a dar início ao sistema de cultivo orgânico foi à qualidade de vida que este sistema propicia ao produtor e também ao consumidor. Como corrobora o Produtor B, “[...] antes de ser um negócio, busca a valorização dos recursos naturais renováveis e obtenção de qualidade de vida da família”.

Buscando expandir sua produção e conquistar novos mercados e associados, surge em setembro de 2004, o desafio de formar a Cooperativa, que atualmente possui 27 associados, desde jovens a aposentados, com 6 propriedades certificadas. De acordo com o Produtor B, nos projetos em conjunto, quando todos os lados são beneficiados acabam por gerar saldos positivos, atraindo mais interessados para o empreendimento.

Em relação aos desafios, como cita o Produtor A, “estes começaram quando ainda estava na cabeça dos associados à criação da Associação Vida Natural e que hoje é a COOPERNATURAL”. Este, talvez, tenha sido um dos maiores desafios, quando se reuniram 11 possíveis sócios para formar inicialmente uma associação, viável e rentável dentro do sistema orgânico. Assim sendo, reuniram-se vários futuros sócios, com

pensamentos diversos, mas com um objetivo comum a todos que era a produção de produtos orgânicos.

Em relação ao cooperativismo no Sul do Brasil, principalmente na região onde está localizada a sede da COOPERNATURAL, existe uma tradição em formar cooperativas, tendo em vista que a grande maioria da população local descende de alemães e na Alemanha é muito tradicional a formação de cooperativas. Como lembra o Produtor B,

a primeira cooperativa do Brasil nasceu na região, numa experiência do Padre Jesuíta Theodor Amstad, que chegou ao país em 1890, fundando a primeira Cooperativa no Brasil aqui em 1902, [...] por isso, no nosso ponto de vista, não somente funciona, como é algo primordial.

Em relação ao associativismo e cooperativismo, experiências práticas têm demonstrado que a agricultura em grupo tem proporcionado resultados na capacitação, utilização de máquinas e equipamentos, oferta de trabalho, na preservação do meio ambiente, estabilidade da propriedade e incremento de renda, assim como, na utilização dos escassos serviços públicos.

6.2 Entidades Orientadoras

Todo o processo de formação da cooperativa e construção da agroindústria teve o apoio de entidades orientadoras como a EMATER/ASCAR-RS, o Serviço de Apoio as pequenas e Micro Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a REDE ECOVIDA, prestando assessoria cada uma em seu campo de atuação.

A EMATER, por exemplo, contribuiu com palestras e seminários sobre agroecologia e produção orgânica. O Produtor A, relembra que o primeiro passo para a criação da cooperativa se deu após uma palestra sobre agricultura com base ecológica visando o desenvolvimento rural sustentável na região.

Outro exemplo partiu do SENAR, que realizou capacitações e cursos sobre o dia a dia de uma agroindústria, sobre o processo de beneficiamento e ainda sobre questões sanitárias. Auxiliou também na elaboração e apresentação do produto industrializado e *in natura*, como a confecção de rótulos e embalagens.

O SEBRAE auxiliou nas pesquisas de mercado para avaliar potenciais compradores e um segmento de mercado que fosse lucrativo. Se tratando de uma cooperativa onde o produtor acumula funções, ou seja, planta, colhe, beneficia e comercializa, o SEBRAE teve o papel de “transformar” o produtor em um empreendedor.

A REDE ECOVIDA teve papel fundamental no processo técnico de transição da agricultura convencional para a orgânica, através do sistema de certificação participativa. Para integrar-se a rede é necessário obedecer às regras gerais que estabelecem:

A Rede se pauta pelo incentivo à agroecologia por seus méritos próprios (sustentabilidade, protagonismo do agricultor, etc.) e não pela existência de um mercado diferenciado. A soberania alimentar consiste num elemento básico para a sustentabilidade. A produção, industrialização e comercialização dos produtos deverão ser feitas sem exploração de trabalhadores, consumidores e fornecedores, bem como da natureza. Deve-se buscar a participação igualitária entre homens e mulheres, jovens e adultos na construção dos processos e nas tomadas de decisões. A cooperação e a participação são elementos centrais em todos os processos gerados no âmbito da Rede. A inclusão de novos associados, visando integrar um número crescente de parceiros neste projeto de sociedade, deve ser uma preocupação constante dos integrantes da Rede (REDE ECOVIDA, 2004, p.16).

A Prefeitura além de fornecer recursos para a construção da agroindústria, através da secretaria da agricultura tem fornecido auxílio e incentivo à produção de orgânicos. Tal incentivo se dá através de medidas tais como, subsídio de 50% das mudas de frutíferas (morango, maçã, goiaba, citros, caqui, amora, framboesa, pêssego), sendo que todas mudas certificadas de viveiros credenciados ao MAPA, subsídio de 50% das sementes de hortaliças, subsídio de 50% da semente de milho.

Existe também o programa do adubo orgânico, onde segundo dados da Secretaria de Agricultura de Picada Café, a cada R\$5.000,00 em vendas no talão de produtor o mesmo recebe gratuitamente 2.500kg de cama de frango. Como também transporte de cinza e a própria cinza também é gratuita para correção de solo (cinza substitui calcário) e cursos para agro industrialização gratuitos.

6.3 Processo de Certificação, Questões Legais e Aspectos Técnicos

Conforme o Produtor A, para passar do método convencional ao orgânico, há uma transição de cerca de três anos de acordo com a certificadora. O Produtor complementa que é sempre melhor iniciar no sistema orgânico, se possível sempre no início de uma atividade agrícola do que com ela em andamento. Após esse tempo foi solicitada a certificação sobre produtos orgânicos, o que não foi algo fora do normal dentro do grupo, pois muitos produtores já vinham produzindo por meio de sistema orgânico por natureza. Entretanto, para alguns foi uma mudança que tiveram que se adequaram com o passar do tempo.

A certificação é o conjunto de procedimentos (observações, registros, análises e pareceres) desenvolvido afim de garantir que certo produto, processo ou serviço possui algum diferencial caracterizado através de normas ou padrões pré-estabelecidos (REDE ECOVIDA, 2004, p.8).

Dentre as vantagens da certificação para os produtores a REDE ECOVIDA (2008, p.8) cita:

- agregar valor (“rótulo com algo mais”);
- permitir a entrada em novos mercados;
- diminuir a concorrência de produtos, processos ou serviços de menor qualidade;
- estimular a melhoria contínua da qualidade.

Já entre as vantagens da certificação para os consumidores, a REDE ECOVIDA (2008, p.8) cita:

- distinguir mais facilmente, pela marca, produtos de igual aparência e qualidades diferentes;
- favorecer a economia de tempo e esforço;
- fornecer segurança e garantia (compromisso público de qualidade);
- garantir uma diversificação da oferta de produtos de qualidade.

Para a cooperativa obter a certificação participativa foram necessários alguns itens: aprovação do núcleo regional, realizar o cadastro de membro, pagar a anuidade, respeitar as práticas agroecológicas, observar o período de transição, participar das reuniões e treinamentos do grupo e da Rede Ecovida, conforme cita o Produtor B. Sobre esta visão a REDE ECOVIDA afirma que:

É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis. Acreditamos que a certificação participativa pode ser um processo educativo/pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias (REDE ECOVIDA, 2004, p.10).

De acordo com a REDE ECOVIDA (2012), para que um produto receba a denominação de “ecológico”, este deverá ser proveniente de um sistema de cultivo no qual tenham sido aplicadas as Normas de Produção Ecológica, por um período de 18 meses.

No que se refere à produção vegetal e animal, a REDE ECOVIDA estabelece como princípios fundamentais:

- a recuperação e a conservação dos recursos naturais da propriedade;
- que os cultivos e as criações não sejam realizados somente através da troca de produtos não permitidos por aqueles que são permitidos, mas, principalmente, por um manejo que busque a minimização do uso de recursos externos e se baseie na capacidade de produção dos recursos naturais renováveis locais;
- que os cultivos sejam adaptados ao ambiente e não o ambiente adaptado aos cultivos, através de transformações que exijam a constante utilização de insumos;
- que áreas e criações já convertidas para a produção ecológica não retornem a produção convencional².

Quanto à questão do monitoramento, de acordo com o Produtor A, a certificadora Rede Ecovida, monitora a propriedade de cada sócio da cooperativa, desde a área a ser cultivada, dos córregos existentes na área, da mata nativa existente, do manejo da área, dos tratos culturais utilizados, se há ou não a necessidade do uso de quebra ventos (em função do vizinho que pode estar cultivando no método

² Ou seja, devemos buscar a ecologização constante e progressiva das propriedades. Esta visão deve respeitar os diferentes ritmos de adoção de mudanças oriundos de cada realidade técnica, ecológica, econômica ou mesmo psicológica. Em outras palavras, cada agricultor possui um ritmo para a transição e isto deve ser respeitado. O importante é a ecologização constante e progressiva das propriedades e a manutenção do bem criado.

convencional), entre outras. O selo da Rede Ecovida pode ser visto em todos os produtos da cooperativa, beneficiados ou *in natura*.

As visitas dos conselhos de ética não têm meramente caráter de fiscalização, o espaço deve ser encarado também como um momento de troca de experiências e conhecimentos entre grupos (REDE ECOVIDA, 2004).

Visando um respaldo e estabelecer um processo ético existe na rede uma estrutura ligada a essas questões de monitoramento e cumprimento das normas, são esses:

Comissão de Ética: grupo de pessoas responsável pelo cumprimento das normas da Rede Ecovida dentro de certo grupo, associação ou cooperativa de agricultores. Sugere-se que as Comissões de Ética dos grupos sejam compostas por pelo menos 3 pessoas e que haja rotatividade entre os componentes do grupo para ocupar esta função.

Conselho de Ética: grupo de pessoas responsável diretamente pelo processo de Certificação Participativa em cada Núcleo Regional. Cada Núcleo possui autonomia para definir a estrutura do Conselho de Ética. Sugere-se a presença de agricultor, técnico e consumidor na sua composição (REDE ECOVIDA, 2004, p.40).

Para garantir a procedência do produto, o Selo é o certificado colocado nos produtos dos membros da Rede Ecovida que passaram pelo processo de certificação participativa. O seu uso é restrito aos produtos ecológicos oriundos de propriedades certificadas (REDE ECOVIDA, 2004). De forma simplificada o processo burocrático de obtenção do Selo ECOVIDA segue os passos descritos na Tabela 4.

TABELA 4 - Processo de obtenção do selo ECOVIDA.

Passo 1	Integrar-se à Rede Ecovida
Passo 2	Solicitar a certificação ao Núcleo Regional
Passo 3	Análise dos formulários pelo conselho de Ética
Passo 4	Visita à propriedade ou agroindústria
Passo 5	Parecer do Conselho de Ética
Passo 6	Aprovação da certificação pelo NR

Fonte: Adaptado de REDE ECOVIDA (2004).

Dentre os fatores limitantes à certificação, além dos altos custos de certificação e produtores rurais e agroindústrias processadoras “presas” a poucas empresas certificadoras, existe também o tempo de transição, que impacta no volume de produção e comercialização, assim sendo consequente baixa na renda.

Nesse sentido, segundo a REDE ECOVIDA (2004), a certificação da produção ecológica de propriedades em conversão é permitida desde que:

- No plano de conversão seja previsto a ecologização progressiva da propriedade agrícola. O tempo de conversão deverá ser estabelecido em comum acordo entre o agricultor e o Núcleo Regional, devendo este tempo ser definido em função das características socioeconômicas e ambientais de cada região e de cada propriedade.
- Exista uma separação clara entre as áreas de cultivo ecológico, não ecológico e áreas em transição.
- Seja evitado o trânsito de máquinas e implementos entre as diferentes áreas e a utilização dos mesmos equipamentos nos cultivos orgânicos e convencionais;
- As áreas destinadas ao cultivo ecológico não retornem ao cultivo convencional. Caso isto ocorra à produção de tal propriedade corre o risco de perder a certificação.

Após a constituição da cooperativa e para agregar valor aos produtos, foi construída a agroindústria, que acabou por esbarrar em outras questões legais, além da certificação, citada anteriormente. A cooperativa passou a obedecer à legislação brasileira que exige o licenciamento ambiental, no caso do Rio grande do Sul as licenças ambientais são emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS (FEPAM).

Como se trata de um produto alimentício orgânico existe a obrigatoriedade da certificação tanto da propriedade, como da agroindústria e do produto beneficiado, assim sendo a agroindústria passa a também ser certificada pela REDE ECOVIDA.

A agroindústria precisou se adequar também à Resolução n° 285/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que dispõe sobre licenciamento de pequenas agroindústrias de baixo impacto ambiental, exigindo relatórios sobre impactos no meio ambiente. Outra adequação foi à Resolução n° 128/2006, que aprova atividades consideradas poluidoras. Caso não ocorra estas adequações, a agroindústria está sujeita a multas (CARDOSO, 2010).

Da mesma forma foi necessário realizar o licenciamento sanitário dos produtos, sendo este realizado pelo Ministério da Saúde. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), também realiza um controle por meio de padrões microbiológicos no produto, transporte e nos pontos de comercialização (ANVISA, 2000).

Visando o alvará junto ao Ministério da Saúde, é exigido o manual de boas práticas de fabricação (BPF) e a apresentação dos procedimentos operacionais padronizados (POP's).

Quanto às questões de higiene e saúde dos manipuladores, os procedimentos adotados seguem o RDC nº 275, de 21/10/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos “Estabelecimentos produtores/Industrializadores de Alimentos” e a “Lista de verificação das boas Práticas de fabricação em estabelecimentos industrializadores de alimentos”.

Seguindo a norma reguladora número sete do “Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional do Ministério do Trabalho”, a cooperativa realiza, através da Unidade Básica de Saúde, os exames médicos admissionais e demissionais.

Os manipuladores que mantêm contatos com alimentos são submetidos aos exames médicos e laboratoriais para avaliação da condição de saúde através de fichas de controle de saúde no qual é acompanhado o estado de saúde do manipulador desde o momento de admissão, com revisões de seis em seis meses. A cooperativa também exige o exame médico e laboratorial dos manipuladores em ocasiões em que houver indicação de enfermidade.

Ao se tratar de questões técnicas, alguns procedimentos são proibidos nas propriedades de produção orgânica como, por exemplo, a utilização de organismos geneticamente modificados em qualquer situação da produção vegetal. Tal fator acaba levando a uma diferenciação na utilização de insumos, como cita o Produtor A.

No que se refere às regras gerais de produção, a certificadora REDE ECOVIDA (2004, p.4) estabelece:

- buscar uma redução constante da dependência de recursos externos à propriedade;
- ter no mínimo 20% da área com mata nativa, reflorestada ou com plano e metas de execução de reflorestamento dessa percentagem;
- ter nascentes, fontes, rios e córregos, protegidos por mata ciliar com metragem compatível ao tamanho dos cursos d'água, ou com planos de metas para realizar a proteção;
- manejo adequado do lixo não degradável como plásticos, sacolas, mangueiras, etc;
- resgate e proteção da biodiversidade;
- o manejo ecológico de pastagens.

Os insumos utilizados nas propriedades dos cooperados são produzidos, em sua grande maioria, nas próprias unidades de produção, onde ocorre a utilização de esterco de frango, obedecendo sempre às normas e regras a prática da agricultura orgânica, ou seja, esterco curtido sem hormônios e a maravalha sem cheiro, onde não houve o tratamento com “jimo” para o tratamento do cupim ou similar. Tal esterco é distribuído entre os cooperados sem custo algum, tendo em vista um sistema de mutirão, de acordo com o que informou o produtor da propriedade A. Quando existe a necessidade a compra de produto externo a certificadora exige o cuidado a alguns aspectos:

Para fins de certificação, os insumos e produtos comerciais utilizados na produção, beneficiamento e distribuição que não estão contidos como produtos liberados, deverão receber a devida autorização do Comitê Técnico da Rede. E mesmo que o produto seja liberado pelo Comitê Técnico, cada núcleo regional tem autonomia para não permitir a sua utilização. Para isso, é importante que o núcleo saiba avaliar se ao usar determinado produto estaremos sendo coerentes com os nossos princípios e objetivos (REDE ECOVIDA, 2004, p.19).

No que diz respeito ao manejo na propriedade, segue-se as regras básicas estabelecidas pela certificadora:

Adotar práticas que controlem e contenham a erosão do solo (como plantio direto e/ou cultivo mínimo), integrar entre a produção animal e a produção vegetal, Fazer rotação e consorciação de culturas, manter e incrementar a matéria-orgânica dos solos, utilizar quebra-ventos (REDE ECOVIDA, 2004, p.18).

Segundo o Produtor B, em relação às questões ligadas à biodiversidade, “quando você começa a diversificar as culturas dentro de uma mesma área notoriamente você vê muitas mudanças”. O Produtor comentou que ainda existem muitos inimigos naturais no ambiente, e o que faltava para eles se instalarem era justamente uma maior biodiversidade na área de plantio.

Não plantamos somente cenoura na mesma leira. Sempre intercalamos com cebola, alho ou outras culturas e isso acontece com toda nossa produção. Não somos mais inimigos do inço e sim o ajudamos a se instalar na nossa lavoura. A erva daninha é estritamente necessária para termos um bom fruto no pomar. Interfere-se na natureza para corrigir os desequilíbrios que o homem causa e a planta corresponde com frutos lindos e saborosos, pois tudo que fizemos é feito com amor. Todos os nossos produtores produzem porque gostam de produzir e quando você faz algo que gosta na verdade você nem chama aquilo de labor e sim satisfação (Produtor B).

Tratando se da agroindústria a mesma é dividida principalmente em espaço de pré-processamento, sala de processamento, sala de embalagem e rotulagem e expedição.

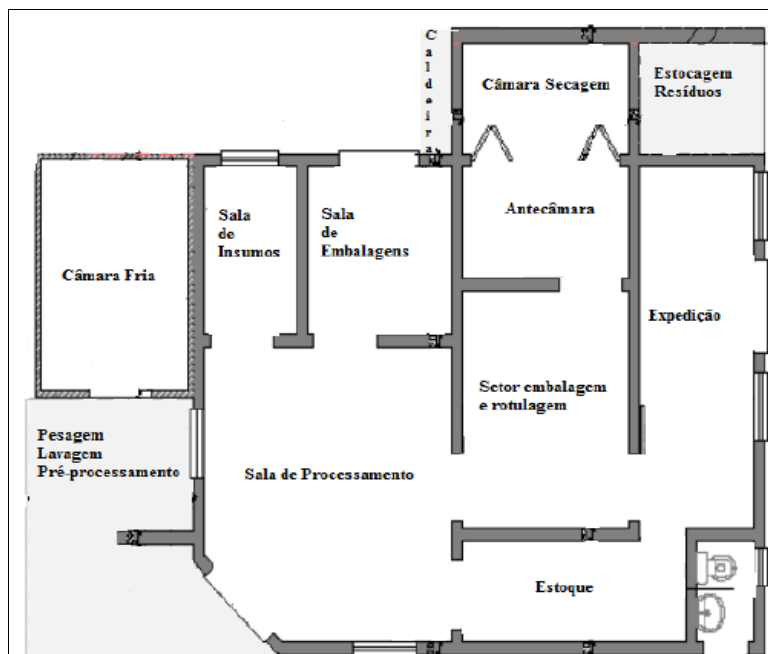


FIGURA 6: Divisão da agroindústria COOOERNATURAL.

FONTE: Elaborado pelo autor (2012).

A estrutura possui externamente uma área coberta destinada a pesagem, lavagem e pré-processamento, câmara fria, caldeira, como também uma área de armazenamento temporário de resíduos sólidos.

No interior um depósito de embalagens, depósito de insumos, sala de processamento, antecâmara de secagem, sala para câmara de secagem, sala de embalagem e rotulagem, expedição, estoque e banheiro com porta de entrada externa.

A área destinada à produção de geleias e doces em calda possui piso revestido de cerâmica de cor clara, de fácil higienização e antiderrapante. A colocação do piso obedeceu a um declive de 2% no sentido dos ralos sifonados.

O acabamento entre o piso e as paredes é realizado com piso cerâmico e os rejuntas são resistentes à ação de ácidos e álcalis. As paredes são revestidas de tinta lavável na cor branca e o teto é revestido com forro PVC.

7. ANÁLISE DE RESULTADOS

A COOPERNATURAL, com uma proposta de produção e processamento de produtos orgânicos e que está em expansão, onde seus cooperados almejam que cada vez mais agricultores possam aderir à agricultura orgânica possibilitando transformar significativamente a agricultura local. A cooperativa tem buscado gerar além de agricultores-empresendedores, atores sociais que busquem a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, através de um método de gestão participativa.

Como observado ao longo do estudo, a cooperativa surgiu da necessidade e anseio de resgatar este produtor tipicamente familiar da indústria, devolvendo-o ao campo, com condições dignas de trabalho. Considerando que individualmente as chances de prosperar seriam menores, surge à importância do trabalho associativista e cooperativista, formando um canal de comercialização sólido, troca de informações e meios de comunicação e barateamento nos custos de processo.

Visando vencer a concorrência cabe aos produtores o desafio de estimular a capacidade de organização, provocando a criação de mais atividades conjuntas. Como mostra a prática, as atividades conjuntas além de permitirem a aquisição de bens e insumos em forma associativista, auxiliam de forma conjunta na resolução de problemas.

A Cooperativa tem potencial para aumentar a diversidade de produtos, mas é importante o aumento no número de associados que poderiam industrializar seus produtos e inseri-los no mercado já conquistado. A agricultura orgânica permite a entrada em nichos de mercado, uma vez que o senso comum relaciona a agricultura orgânica com a saúde dos consumidores, fator a ser explorado.

Ao vislumbrar o desenvolvimento da cooperativa, uma das questões que se apresenta é a continuidade do processo participativo instaurado, mantendo assim suas características básicas. Para alavancar a produção orgânica na região é necessário o apoio das entidades que representam os agricultores como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e EMATER, articulando o trabalho em conjunto com a prefeitura Municipal, para desenvolver e divulgar a produção orgânica, como também captar recursos.

8. CONSIDERACOES FINAIS

Ao longo deste trabalho de conclusão foi possível observar a ruptura de um sistema convencional e a criação de um debate sobre o resgate de uma agricultura desgastada em função da industrialização, ocorrida em meados de 1980, onde a agricultura se voltou para o setor florestal, tendo em vista que os produtores passaram a se dividir entre o campo e a indústria. Este desgaste levou a uma limitação da continuidade da agricultura familiar local e a expressiva diminuição das propriedades devido às partilhas.

Analisando a situação atual pensando em cenários futuros, a agricultura local tende a se expandir minimamente, se observarmos a pequena participação da agricultura no PIB, a transformação de áreas rurais em loteamentos (levando em consideração que a taxa de urbanização na COREDE é alta) e a saída do jovem do campo (êxodo rural). É necessário atentar também para os dados preocupantes em relação à questão ambiental visto que a bacia hidrográfica já apresenta sérios problemas de contaminação dos lençóis d'água.

Considerando também o envelhecimento rural e a queda do percentual de pessoas ocupadas na agricultura, o desafio consiste em procurar alternativas “de se fazer agricultura” para desenvolver o meio rural local do município e da mesma forma mostrar ao jovem uma visão ampla do meio em que vive e não uma visão limitada de que a produção em larga escala é o único meio de prosperar, a COOPERNATURAL demonstra que não é bem assim.

É necessário demonstrar que permanecer no espaço rural pode ser promissor e trazer bem estar à população, desde que o mesmo preserve o seu espaço. Nesse sentido, é preciso considerar a falta de informação a respeito das questões ambientais. Tal fator é remediável se for incentivada a educação rural e ambiental nas escolas, mostrando uma nova perspectiva em relação ao campo, minimizando certos pré-conceitos adquiridos pelo senso comum, solidificando a relação do homem com a terra.

Diante da situação, a partir do momento em que se busca o desenvolvimento rural local é fundamental se voltar ao fato de que não se trata apenas de uma questão político-econômica, mas sim, um equilíbrio que atente também às questões sociais, ambientais e culturais do município, estas últimas fortemente presentes até hoje.

Dadas as características físicas da região, como o relevo, cuja agricultura de larga escala não se adapta a, a predominância da agricultura familiar e o tamanho limitado das propriedades rurais de Picada Café, a produção orgânica parece se apresentar como uma boa oportunidade de continuidade da atividade agrícola, sendo esta de baixo impacto, favorecendo a conservação ambiental local, geração de renda e bem estar social.

Ao pensar em desenvolvimento rural local como um todo, tendo em vista que o sistema de cooperativas tem demonstrado bons resultados, seria importante formar novas cooperativas incentivando o produtor rural de Picada Café, fornecendo um caminho mediador entre produtos e mercados. Cabe ao poder público incentivar uma agricultura que proteja e recupere os recursos naturais, atue no sentido de prevenir a degradação dos solos, preserve a biodiversidade e mantenha a qualidade da água e do ar.

Analisando cenários para o desenvolvimento rural de Picada Café, beneficiando-se devido a sua localização, paisagens naturais, arquitetura em estilo alemão, culinária, festas típicas, na agricultura até hoje técnicas implementadas pelos imigrantes alemães, identificamos atrativos para o desenvolvimento do turismo rural. Mesmo com o visível enfraquecimento do espaço rural existe um grande potencial de turismo rural, o qual atualmente não é aproveitado devidamente.

Picada Café possui condições de promover o planejamento do desenvolvimento levando em consideração fatores de sustentabilidade, observando questões de mercado (fatores econômicos), condições de vida e saúde dos agricultores (fatores sociais), meio ambiente, como rios, solo e matas nativas (fatores ambientais), incorporando o meio rural a cidade de forma harmoniosa (fatores espaciais) e oferecendo aos agricultores e familiares educação de qualidade (fatores culturais). Ou seja, Picada café tem um grande potencial de promover esse equilíbrio, fundamental para se pensar a sustentabilidade, desde que os fatores limitantes e potencialidades, anteriormente citados, sejam observadas ao planejar a curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente. **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu – PR, agosto de 1999. 25p.

ALTIERI, M.,; NICHOLLS, C.. **Agroecologia: Resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v.1, n. 1(jul. 1990), p.141-152, 2003.

ANVISA, **Resolução nº 23**, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2000/23_00.htm>. Acesso em: fev. 2013.

ASSOCIAÇÃO Ecovida de Certificação Participativa. **Normas de organização e funcionamento**. (2001). Florianópolis/Lages, SC. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA011&sa=SA000&codPublicacao=NOT00041&codIdioma=1>>. Acesso em: fev.2013.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. **O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos**. RAP. Rio de Janeiro v.41, n.5, p.863-85, set/out 2007.

Associação Brasileira de Orgânicos. **Certificadoras**. São Paulo(2012). Disponível em: <<http://www.brasilbio.com.br/pt/organicos/certificadoras/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.323. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 22 mai. 2013.

COOPERNATURAL Cooperativa Agropecuária de Produtos e Comércio Vida Natural.Picada Café-RS (2010). **Vida natural**. Disponível em: <<http://www.coopernatural.com.br>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

Lei Federal 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Brasília. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 22 mai. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo estatístico do Rio Grande do Sul e Estatística FEE**. Disponível em: < <http://www.fee.tche.br/> >. Acesso em: 15 jul. 2012.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Qualidade das águas da Bacia do Rio Caí**. (2007). Porto Alegre, RS. Disponível em:

<http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_cai/cai.asp>. Acesso em: 22 nov.2012.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL / DPD,. **Qualidade dos recursos hídricos superficiais da bacia do Guaíba - subsídio para o processo de Enquadramento**. Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos. Gramado. 1998.

FLORES, H. A. H.; FLORES, M. **Picada Café**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Picada Café. Editora Nova Dimensão. 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

HEYLMANN, D. W. Picada Café, (2011). **Caracterização dos processos de certificação orgânica participativa dos produtores familiares do município de Picada Café – RS**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54587>>. Acesso em: 15 Out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 20 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

KLAUCK, S. G. **Pesquisa sobre as propriedades rurais existentes no município de Picada Café/RS**. Picada Café, (2010). Trabalho apresentado na I Semana Acadêmica do Pólo Universitário de Picada Café. 2010.

LUTZENBERGER, J. A. **O absurdo da agricultura**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61-74, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a07.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Instituto Piaget. Lisboa, 2001.

MIGUEL, L. de A. (Org). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152p. (Série Educação a Distância).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Orgânicos**. Brasília (2012). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em: 15 Out. 2012.

Resolução número 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. FAPESP, São Paulo, SO, 1998.

SCHNEIDER, S.. A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46. 2008, Rio Branco, **Anais...**Rio Branco Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2008. CD ROOM. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/660.pdf>>. Acesso: 05 set. 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

APÊNDICE

A: ROTEIRO ENTREVISTA: PRODUTOR

- 1- Qual o número de pessoas que moram na propriedade?
- 2 - O senhor é proprietário?
- 3 - Qual a escolaridade das pessoas que moram na propriedade?
- 4 - Alguém trabalha exclusivamente no manejo e produção na propriedade?
- 5 - Sendo o senhor um produtor orgânico, o que levou o senhor a dar início a esse sistema de cultivo?
- 6 - Como foi o planejamento para sair do método tradicional de cultura para o orgânico?
- 7 - Em relação à legislação ambiental e certificação? Existem restrições da produção associadas à preservação ambiental?
- 8 - Os insumos, como o composto, são fabricados na propriedade? Existem outros que ainda têm que ser adquiridos externamente?
- 9 - São necessárias medidas diferenciadas ao lidar com esses alimentos frente aos convencionais? Como é feito o manejo de ervas daninhas e pragas?
- 10 - O sistema de cultivo pode ser considerado retrógrado? Quais são os maquinários usados no cultivo e processo?
- 11 - Os produtos orgânicos às vezes têm um preço mais elevado em relação aos hortifrutis convencionais. Fato ou mito? Isso não desestimula a produção?
- 12 - Houve apoio de instituições governamentais? Como foi a experiência?
- 13 - Quais os maiores obstáculos ao comércio? (Transportes, mercado, preços, economia oscilante, legislação).
- 14 - Como o senhor tem acesso a informações relativas à legislação ambiental?
- 15 - Qual sua opinião sobre a legislação ambiental atual?
- 16 - Como o senhor definiria “Agricultura Moderna”?
- 17 - Gostaria de comentar algum outro tópico?

B: ROTEIRO ENTREVISTA: PRESIDENTE DA COOPERATIVA

- 1- Porque trabalhar com agricultura orgânica?
- 2- Como se deu o processo de formação da cooperativa?
- 3- Quais os produtos que a Cooperativa comercializa?
- 4- Como ocorreu a adesão de produtores a cooperativa?
- 5- O que é necessário para aderir à cooperativa?
- 6- Como ocorreu o processo de transição da agricultura convencional para a orgânica?
- 7- Em que regiões estão localizadas as propriedades dos produtores?
- 8- Há treinamento/capacitações dos produtores?
- 9- A comercialização dos produtos é dirigida ao varejo ou atacado?
- 10- Qual a sua opinião, qual é o público que compra estes alimentos/produtos orgânicos?
- 11- Os produtores participam de feiras dirigidas ao setor?
- 12- Houve o apoio de instituições governamentais?
- 13- Quais os obstáculos encontrados ao longo do tempo?
- 14- Quais as vantagens e desvantagens de trabalhar neste método de produção?
- 15- Considera a agricultura orgânica um meio de atingir o desenvolvimento rural por meio da satisfação ambiental, social e econômica?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este Consentimento Informado explica o Trabalho de Conclusão de Curso “A transição da Agricultura Convencional para a Agricultura Orgânica na Cooperativa de Produção e Comercialização Vida Natural (Picada Café, RS)” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso “A transição da Agricultura Convencional para a Agricultura Orgânica na Cooperativa de Produção e Comercialização Vida Natural (Picada Café, RS)” título do projeto/tcc” – *do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo “descrever os objetivos”.

A minha participação consiste na recepção do aluno André Tegner para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, () AUTORIZO / () NÃO AUTORIZO a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Picada Café, ____/____/2013